

Segregação residencial

A massa de negros com menor escolaridade e capacitação profissional seria empurrada mais do que nunca para a periferia, graças a um intenso esforço de deslocamento forçado e ao reforço das leis contra invasões urbanas. Isso, que às vezes era chamado de “opção brasileira”, daria a impressão de que o *apartheid* havia sido desmantelado, por causa da não-separação do grupo por raça. Mas o ponto-chave era que o *Africaner volk* permaneceria no poder e a África do Sul continuaria sendo seu estado nacional.

Alister Sparks, referindo-se à maneira pela qual algumas autoridades sul-africanas falavam sobre seus planos para a reforma pós-*apartheid*¹.

A título de simples observação, os norte-americanos freqüentemente acham que existe segregação racial nas cidades brasileiras, fazendo uma transposição da imagem dos guetos urbanos dos Estados Unidos para o Brasil. Esses observadores às vezes comentam que os habitantes das favelas são predominantemente negros, como nos guetos norte-americanos. Por ocasião de uma primeira estada no Brasil, no final dos anos 80, essa analogia me parecia uma representação apropriada da realidade urbana do Brasil. No entanto, ao discutir a relação entre raça e as cidades, um sociólogo brasileiro revelou que não havia segregação racial, mas apenas segregação por classe social, e que as diferenças raciais no campo habitacional existiam apenas na medida em que eram coincidentes com as diferenças de classes.

Apenas a capacidade de pagar pela moradia num mercado imobiliário altamente estratificado determinaria onde uma pessoa poderia viver. A não ser por isso, brasileiros de diferentes cores se distribuem aleatoriamente pelos

bairros urbanos. Se os habitantes dos bairros pobres são predominantemente negros e os dos bairros de classe média predominantemente brancos é porque os negros são também predominantes nas classes mais baixas, enquanto que a classe média é composta principalmente de brancos. Além disso, esse sociólogo afirmou que, ao contrário dos Estados Unidos, não existem leis no Brasil determinando lugares específicos para os negros; aparentemente ele acreditava que a segregação racial nos Estados Unidos continuava a ser sancionada por lei. Por fim, ele explicou que as concepções brasileiras sobre raça são contínuas e não categóricas, como aquelas de tradição norte-européia, impedindo a ocorrência de segregação racial. Era esse, na época, o pensamento típico sobre a distribuição residencial por raça no Brasil, o que por sua vez se alinhava com a crença na democracia racial.

Alguns anos depois, um incidente no Rio de Janeiro dissiparia em parte essa visão das cidades brasileiras sem divisão racial. Em 18 de outubro de 1992, uma multidão de jovens de comunidades pobres da Zona Norte do Rio de Janeiro irrompeu pelas famosas praias da Zona Sul, fazendo arrastões e aterrorizando os banhistas, que se puseram em fuga. As reações a esse incidente por parte dos moradores da Zona Sul revelaram seus preconceitos e inseguranças em relação aos habitantes da Zona Norte e das favelas situadas nos morros, geograficamente próximos mas socialmente distantes.

Além disso, o fato de que os jovens da Zona Norte pareciam ser quase todos negros, enquanto os da Zona Sul eram virtualmente brancos e mostravam-se conscientes – e até mesmo perturbados – com as diferenças de cor, fez desse incidente uma questão racial e não somente sócio-econômica. Isso pôde ser observado nas reações dos moradores de classe média, que incluíam desde declarações de medo dos “bandos de negros pobres” até a preparação de clubes de artes marciais da Zona Sul para a defesa contra uma “invasão”².

Embora esses “arrastões” tenham ocorrido no passado, esse episódio, em particular, foi importante, por ter sido altamente politizado pela imprensa. Ele aconteceu pouco antes das eleições municipais e muitos acreditavam que o destaque que lhe foi dado pela mídia representava uma conspiração para assustar os cidadãos cariocas quanto à possibilidade de que a candidata Benedita da Silva, negra, moradora de favela, se tornasse prefeita do Rio de Janeiro. A TV Globo, gigante da mídia brasileira, filmou esses arrastões ao vivo, o que levantou suspeitas de conluio, já que a mídia conseguiu chegar a tempo e colocar suas câmeras no local exato para filmar os ataques-surpresa.

Esses eventos trouxeram à luz as frágeis relações entre as classes pobres predominantemente negras e a classe média branca no Rio, um problema que havia sido convenientemente negligenciado no passado, por causa da distân-

cia física que costuma separar os dois grupos. Esse exemplo não só revelou as tensões de classe no Rio de Janeiro como também as tensões raciais. Embora as questões de raça e de classe social estivessem dentro da mente do público por ocasião dos arrastões, muitos analistas e formadores de políticas públicas continuaram acreditando que a variável raça poderia ser simplesmente reduzida à classe social. Porém, aquele incidente levantou algumas dúvidas quanto a esta simplificação. Parecia que grande parte da classe média branca havia decidido fazer dos negros inimigos públicos, tanto social quanto politicamente.

A segregação residencial ocupa um papel central nos debates sociológicos norte-americanos sobre relações raciais e desigualdade racial. Massey e Denton (1994) referem-se à segregação entre negros e brancos nos Estados Unidos como um *apartheid* em que a constante e rígida discriminação contra os negros é responsável por muitas das desvantagens desse grupo, e inclusive alimenta estereótipos, identidades adversas e a formação de uma subclasse. A segregação racial urbana é freqüentemente considerada o estopim das desigualdades raciais, presumivelmente porque se acredita que, se a segregação residencial fosse eliminada, também desmoronaria o edifício da desigualdade racial³.

Um exame aprofundado dessa literatura pode levar algumas pessoas a imaginar que esse é o caso de qualquer cidade em que vivem pessoas negras e brancas, mas tais conclusões são tiradas apenas do exemplo norte-americano. Quanto ao Brasil, porém, as idéias são em geral exageradas em um sentido ou outro, variando do estilo segregacionista dos Estados Unidos ou da África do Sul⁴ à visão predominante, oriunda do pensamento de Freyre a respeito da família patriarcal rural, na qual todos vivem juntos em harmonia.

O fato de a segregação racial não ocorrer no Brasil com os mesmos níveis elevados dos Estados Unidos e da África do Sul não significa que raça seja uma categoria insignificante para a análise das questões urbanas do país. São várias as razões que justificam o exame do caso brasileiro, principalmente o fato de que talvez exista mais segregação racial no Brasil do que imaginam muitos brasileiros. Por outro lado, dados estatísticos sobre a segregação residencial também oferecem um indicativo bastante objetivo para uma comparação entre a segregação no Brasil e nos Estados Unidos.

Dada a grande variedade de especulações sobre a natureza da segregação residencial no Brasil, comparada com a dos Estados Unidos, este capítulo busca estabelecer os graus de segregação no Brasil e delinear as implicações gerais disso para as relações raciais. A tese principal é que a segregação racial no Brasil não é auto-evidente e requer uma mensuração sistemática. Além disso, as interpretações dos índices de segregação devem ser entendidas como um

reflexo da história, não implicando pressupostos inerentes aos sistemas de segregação baseados na lei, como os dos Estados Unidos e da África do Sul, nem tampouco abraçando a ideologia da democracia racial, que ofusca o entendimento real de como operam raça e classe no Brasil.

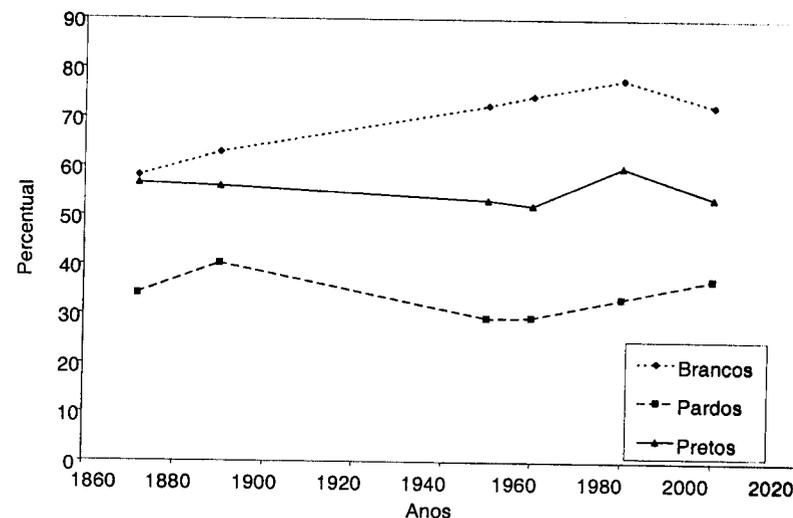
Neste capítulo, analisam-se as diferenças regionais na composição racial de 1890 a 1999. Em seguida, examinam-se a natureza e a extensão da segregação racial nas áreas urbanas do Brasil, com base nos Censos de 1980 e 1991. A segregação em São Paulo e no Rio de Janeiro é mapeada por distritos com base na amostra pública de 1991, enquanto os índices de segregação para as várias das maiores regiões urbanas determinadas pelos censos são computados com base nos dados de 1980. Os distritos representam áreas geográficas bem grandes, normalmente com população de centenas de milhares, enquanto os dados dos censos aproximadamente representam bairros, cada um com uma média de 200-250 famílias; no entanto, as informações dos censos por região não estão disponíveis ao público. Com permissão especial do IBGE, foram computados os índices de segregação extraídos do Censo de 1980 para os 40 maiores centros urbanos do Brasil.

Região, Urbanização e Composição Racial

Como demonstramos no Capítulo 1, os negros são numericamente minoria nas relativamente bem desenvolvidas regiões do Sul e Sudeste, onde vivem 57% dos 170 milhões de brasileiros, mas são maioria nas regiões menos desenvolvidas. O Censo de 2000 revela que, de forma geral, 73% dos brancos, 54% dos pretos e apenas 37% dos pardos vivem nessas duas regiões. A figura 6.1 demonstra a histórica concentração regional dessas categorias raciais desde 1872. Desde o início do processo de imigração européia em massa, em meados do século XIX, os imigrantes se estabeleceram principalmente no Sul e Sudeste, enquanto o número de não-brancos diminuiu significativamente de 1890 a 1950. Houve um aumento significativo de 34 para 40% na proporção de mulatos de 1872 para 1890, provavelmente, devido à perspectiva de trabalho na produção de café na região Sudeste.

Surpreendentemente, apesar do surto econômico na região Sudeste durante grande parte do século XX, foram poucos os movimentos migratórios da população não-branca para o Sul. O maior movimento para a região ocorreu a partir dos anos 50, quando começou uma imigração em grande escala proveniente da região Nordeste. A proporção de pretos nas duas regiões ao Sul do país aumentou de 54 para 60% e a população parda passou de 33 para 37% entre 1960 e 1980.

Figura 6.1: Percentual de Brancos, Pardos e Pretos que Residem nas Regiões Sul e Sudeste, 1872-2000



Nota: Dados de 1872, 1890, 1950, 1960, 1980 e 2000.

Em comparação, a industrialização produziu grandes oscilações raciais nos Estados Unidos. Farley e Allen (1987) demonstraram que, enquanto 89% da população negra residia no Sul dos Estados Unidos em 1910, menos de 40% dela vivia lá em 1970. A maior parte das diferenças entre os dois países pode ser atribuída ao fato de a escravidão ter se limitado à região Sul dos Estados Unidos, ao passo que no Brasil essa prática se generalizou em todas as regiões. Além disso, a industrialização não foi tão forte no Brasil como nos Estados Unidos, embora aparentemente tenha produzido melhores condições que as disponíveis em outras regiões do Brasil. Por fim, a ameaça de racismo à segurança pessoal foi sempre motivo de preocupação no Sul dos Estados Unidos, diferentemente do Brasil. Os negros enfrentaram violência racial no Sul, frequentemente na forma do linchamento, o que pode ter forçado o êxodo em direção ao Norte, independentemente das condições econômicas que esperavam encontrar lá.

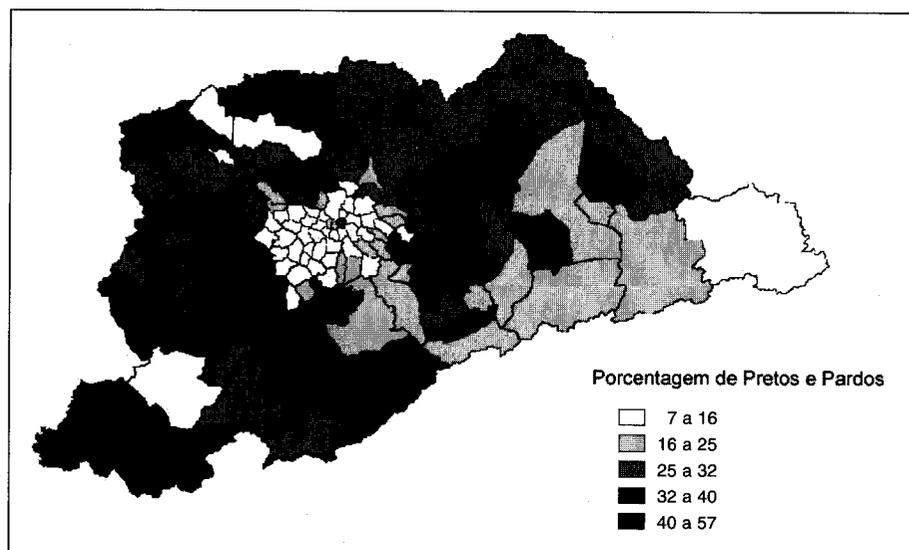
De 1980 a 2000, como a economia industrial brasileira começou a piorar, pretos e brancos começaram a sair do Sul e do Sudeste, enquanto o número de pardos aumentava significativamente. A proporção de brancos nas regiões ao Sul diminuiu cinco pontos percentuais e a de negros seis pontos percentuais. Apesar disso, a população brasileira continua a distribuir-se espacialmente de forma desigual por raça, como no século passado.

Diferentemente das diferenças regionais na composição racial, há uma maior convergência nas populações que vivem em áreas urbanas. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1999, 84% dos brancos, 80% dos pretos e 74% de pardos vivem em áreas urbanas. Isto se compara ao ano de 1960, quando 51% dos brancos e 43% dos pretos, mas apenas 37% de pardos, moravam em áreas urbanas. Dessa forma, agora a grande maioria das pessoas de todas as classes raciais reside em áreas urbanas, mas a composição racial das áreas urbanas varia tão amplamente como nas regiões onde elas estão localizadas.

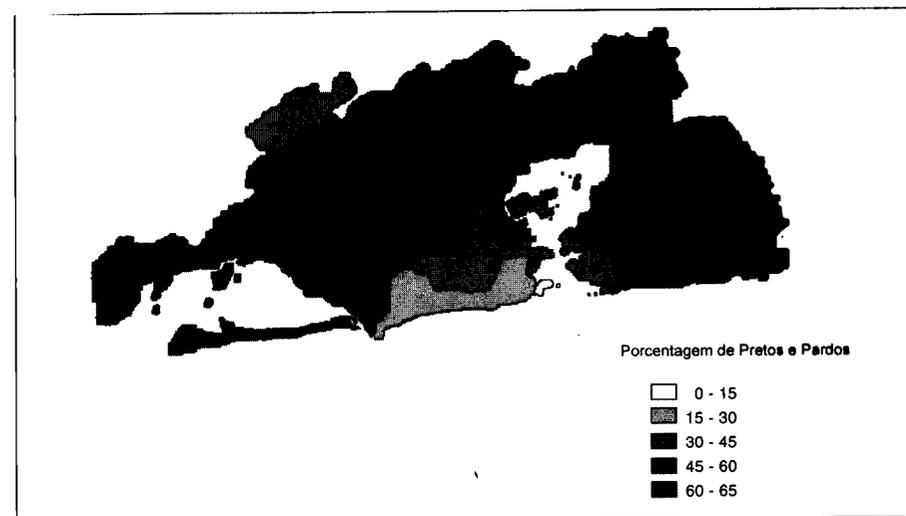
Macro-Segregação nas Duas Maiores Cidades do Brasil

Os mapas 6.1 e 6.2 ilustram a composição racial para os distritos das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1991. Essas duas áreas metropolitanas são de longe as maiores cidades do Brasil, figurando entre as maiores do mundo. São Paulo tem uma população de 18,6 milhões em 128 distritos, com uma população média de 145 mil em cada distrito. O Rio de Janeiro tem uma população de 11,3 milhões e 45 distritos, com média de 257 mil habitantes por distrito. Logo, a segregação descrita nesses mapas é baseada em grandes áreas espaciais.

Mapa 6.1: Área Metropolitana de São Paulo



Mapa 6.2: Área Metropolitana do Rio de Janeiro



O mapa 6.1 demonstra que os distritos do centro de São Paulo, caracterizados por seu *status* de classe média e de grande densidade, são formados predominantemente por brancos. Em quase todos esses distritos, as pessoas não-brancas representam menos de 16% da população. Os distritos remanescentes, situados ao redor do centro da cidade, com a exceção de apenas cinco, possuem mais de 16% de negros, com no máximo 57% de pardos e pretos. As maiores concentrações de negros estão no primeiro limite da periferia sul-sudeste, em vários distritos a leste do centro da cidade e nos limites mais afastados da periferia distante norte-nordeste. Interessante notar que cinco dos distritos periféricos, nos quais a grande maioria da população é formada por brancos, estão localizados em diferentes partes da região metropolitana, quase sempre circundados por distritos amplamente negros.

No caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, o mapa 6.2 mostra que a maior concentração de brancos se encontra em uma única área geograficamente pequena mas com grande densidade: a Zona Sul, composta pelos bairros do Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Gávea. Esse é o único distrito do Rio onde a população negra é inferior a 15%, sendo que grande parte desta vive nas favelas espalhadas pela região. Um anel ao redor desse centro geograficamente pequeno possui maior concentração de negros (de 15 a 45%), mas é ainda composto majoritariamente por brancos. Os distritos predominantemente negros estão localizados no segundo e terceiro anéis,

que correspondem aos subúrbios pobres do Rio, geralmente referidos como Baixada Fluminense.

Embora as favelas próximas ao centro do Rio sejam bem conhecidas, a maioria da população pobre mora nos subúrbios. A maior concentração de negros está localizada nas partes ao norte e ao leste da periferia afastada. Vale notar que o modelo de centralização pela raça pode ser encontrado tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, embora uma crescente concentração de negros fora do centro da cidade seja mais visível no Rio de Janeiro.

Micro-Segregação (por Bairros) das 40 Maiores Áreas Urbanas

Embora em geral a concentração da população de classe média no centro das cidades e a marginalização dos pobres na periferia tenham sido a marca da estrutura das cidades da América Latina⁵, tal descrição é insuficiente e cada vez menos apropriada para entender os níveis de segregação residencial nas complexas e freqüentemente polarizadas áreas urbanas do continente. A proliferação das favelas, tanto em áreas menos valorizadas da periferia quanto nas concorridas áreas centrais de classe média e alta, torna indispensável o estudo da segregação residencial em nível de bairros.

No passado, as pesquisas sobre os padrões de segregação da América Latina enfocavam a extensão da centralização para descrever a segregação, principalmente porque a centralização descreve uma forma urbana derivada do período colonial (e até mesmo pré-colonial) que é relativamente fácil de ser observada e, caso mensurável, requer dados para apenas duas áreas: o centro da cidade e a periferia. A centralização, então, refere-se à população que vive na periferia comparada com aquela da região central, como ilustram os mapas 6.1 e 6.2 das variações para São Paulo e o Rio de Janeiro. No entanto, a centralização é uma forma urbana excessivamente simplista e freqüentemente não apropriada para descrever as áreas metropolitanas espacialmente complexas do Brasil.

Formas urbanas particulares, tais como o modelo de centralização típico das cidades anteriores ao século XX, resultavam de limitações ambientais e tecnológicas, inclusive a disponibilidade de carros ou a construção de edifícios comerciais. Mais recentemente, a tecnologia de segurança passou a ser importante, permitindo que a classe média de São Paulo se deslocasse para os subúrbios⁶. Embora o Rio de Janeiro siga mais o modelo de centralização do que São Paulo, a extensão da segregação é subestimada em nível distrital porque os bairros dentro dos distritos maiores são geralmente segregados. As favelas,

que são predominantemente compostas por negros⁷, e os bairros de classe média freqüentemente existem lado a lado, como fica claro no caso da Zona Sul.

Além disso, as próprias favelas podem ser segregadas por raça, o que poderia ser observado nos índices baseados nas informações dos setores censitários. Por exemplo, a favela do Cantagalo, no Rio de Janeiro, com vista para os distritos compostos predominantemente por brancos como Ipanema, de um lado, e Copacabana, de outro, se divide em dois setores: Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Segundo um residente dessa favela, Pavão-Pavãozinho, que tem acesso via Copacabana, é habitada principalmente por nordestinos, abrangendo as categorias de brancos e pardos. Por outro lado, a favela do Cantagalo, sobre Ipanema, abriga principalmente cariocas nativos, em sua maioria pretos e pardos. Embora Pavão-Pavãozinho e Cantagalo sejam habitualmente consideradas como uma única favela pelos de fora, a divisão é especialmente visível na atualidade, porque os traficantes restringiram o acesso às duas comunidades. As diferenças raciais entre as duas comunidades carentes mostram que apenas a divisão por classe social não explica a segregação espacial.

Para examinar a segregação nos bairros, foram utilizadas duas medidas aplicadas amplamente nos Estados Unidos: índices de dissimilaridade e de exposição (ou isolamento). A tabela 6.1 apresenta o índice de dissimilaridade, o índice de exposição de brancos a negros, o índice de isolamento dos negros e a composição racial das maiores áreas metropolitanas do Brasil e dos Estados Unidos. O índice de dissimilaridade é a medida formal da segregação. Mede o equilíbrio (*evenness*) na distribuição racial e de renda para os grupos do censo regional das áreas metropolitanas ou a extensão na qual os grupos sociais se distribuem de maneira diferencial entre bairros de um centro urbano.

O conceito de equilíbrio é particularmente conveniente para perceber os níveis de segregação encontrados entre os mosaicos de residências e bairros que caracterizam as áreas metropolitanas brasileiras. Especificamente, o índice de dissimilaridade (D) mede o percentual do grupo A que teria que sair do setor censitário atual para que a distribuição fosse coincidente ou igual à do grupo B. O valor de D varia de zero, onde os grupos A e B se distribuem equilibradamente por toda a área urbana, até cem, onde A e B não compartilham qualquer estrato, ou seja, uma segregação completa.

Na primeira coluna da tabela 6.1 são apresentados os índices de diferenciação entre brancos e negros para as dez maiores regiões metropolitanas do Brasil⁸ e as oito maiores dos Estados Unidos. Para os Estados Unidos, utilizam-se os índices de dissimilaridade de 1980 baseados em dados por quadras, onde cada quadra é aproximadamente do tamanho dos setores censitários do censo brasileiro⁹. Para cada quadra dos Estados Unidos havia em média 930

Tabela 6.1: Índices de Composição e Segregação Racial das dez maiores regiões metropolitanas do Brasil e das oito maiores dos Estados Unidos, 1980

Região Metropolitana	Dissimilaridade	Exposição dos Brancos com Negros	Isolacionismo dos Negros	Percentual de Negros
Brasil:				
São Paulo	37	21	37	25
Rio de Janeiro	37	32	50	40
Belo Horizonte	41	35	58	45
Recife	38	50	70	73
Porto Alegre	37	12	23	15
Salvador	48	56	82	77
Fortaleza	40	54	75	69
Curitiba	39	13	26	16
Brasília	39	37	57	46
Belém	37	59	77	72
Estados Unidos:				
New York	75	6	63	21
Los Angeles	81	4	60	13
Chicago	92	4	83	20
Detroit	73	5	77	20
Washington	79	12	68	28
Philadelphia	88	6	70	19
Houston	79	8	59	18
Baltimore	81	9	72	26

Fonte: Os índices para o Brasil são calculados com base no Censo de 1980 por setor censitário; Os índices de interação nos setores censitários do censo para os Estados Unidos são de Massey e Denton (1987); os índices de dissimilaridade para os Estados Unidos são calculados com base nos conjuntos de dados de Farley e Allen (1994 tabela 5.6).

peças, sendo que para cada setor censitário brasileiro a média era de 840 e 1.020 pessoas. No caso de índices de exposição para os Estados Unidos, encontrei apenas os baseados em setores censitários mais amplos, os quais, quando comparados aos dados por quadras tendem a superestimar a extensão da exposição dos brancos aos negros.

A tabela 6.1 demonstra que, utilizando-se índices de diferenciação tradicionais, a segregação racial por residência nas áreas metropolitanas do Brasil é moderada, quando comparada aos níveis de segregação extremos encontra-

dos nos Estados Unidos. O maior índice de dissimilaridade entre brancos e negros é de 48 em Salvador, o que indica que 48% dos negros e 48% dos brancos teriam que se mudar de seus bairros para que a distribuição espacial fosse igual em toda a área metropolitana. As outras nove áreas metropolitanas apresentam índices de dissimilaridade com pequenas variações, de 37 a 41.

A dissimilaridade é muito maior nas áreas urbanas dos Estados Unidos, com valores variando de 75 em Nova Iorque e 92 em Chicago. Embora os índices de dissimilaridade tenham diminuído, em média, durante as duas últimas décadas, são ainda muito maiores nas áreas metropolitanas dos Estados Unidos do que os índices brasileiros que, por sua vez, parecem não ter mudado muito desde 1980¹⁰. A segregação entre negros e brancos continua extrema nos Estados Unidos, enquanto que no Brasil é moderada, comparável, em termos, à situação entre brancos e asiáticos nos Estados Unidos.

O índice de dissimilaridade não capta a extensão da exposição ou isolamento dos indivíduos em relação aos membros de outros grupos. Logo, calculam-se também índices de exposição que medem a extensão em que membros de um determinado grupo social estão expostos a outros de outro grupo pelo fato de viverem em um mesmo bairro. Diferentemente dos índices de dissimilaridade de segregação, esta medida é amplamente influenciada pela composição racial de uma região. Por exemplo, os brancos são mais propensos a ficar expostos aos negros em lugares onde estes formam uma grande porção da população, mas a dissimilaridade não é necessariamente afetada. Especificamente, o índice de exposição de brancos a negros mede a proporção de vizinhos negros que residem em um dado setor censitário em que vive o branco médio. Assim como o índice de dissimilaridade, o índice de exposição também varia entre zero e cem, em que zero representa os casos em que a média de pessoas brancas não tem vizinhos pretos ou pardos e cem significa que todos os vizinhos da média das pessoas brancas são negros¹¹.

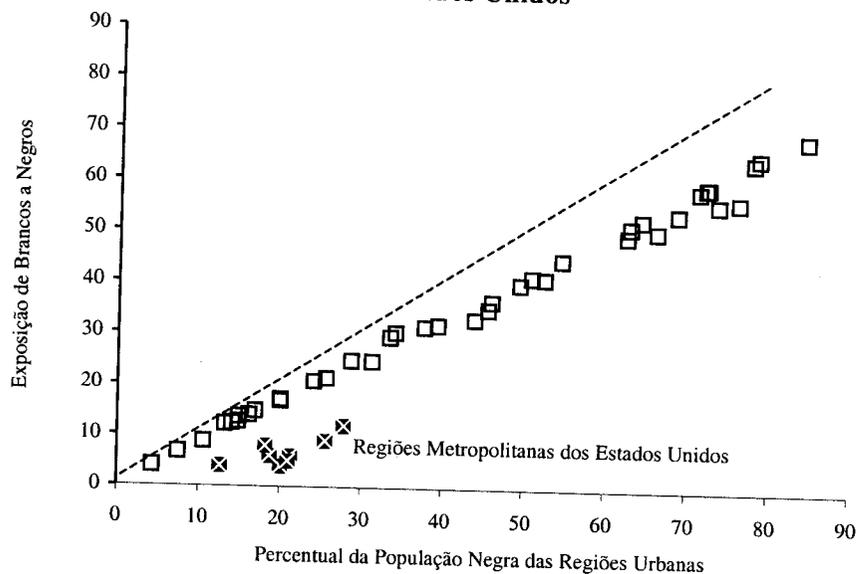
A segunda coluna da tabela 6.1 demonstra índices de exposição de brancos a negros, variando de 12 a 59 para as dez maiores regiões metropolitanas do Brasil comparadas com variações de quatro a 12 para as metrópoles dos Estados Unidos. Os brancos nas cidades de Porto Alegre e Curitiba estão em média mais segregados em termos de exposição. Esses brancos vivem em bairros que abrigam cerca de um oitavo de negros (valores de 12 e 13, respectivamente). Essa situação é a mesma para Washington D. C., que tem a menor segregação por essa medida dentre as áreas urbanas dos Estados Unidos.

No entanto, geralmente existem grandes diferenças dentro do país. De forma mais destacada, os brancos têm maiores probabilidades de viver próximos a negros nas áreas metropolitanas do Brasil com composição racial seme-

lhante às encontradas em muitas cidades dos Estados Unidos. Por exemplo, Los Angeles, que tem a composição racial semelhante à de Curitiba e Porto Alegre (com índices de 12 e 13), possui um índice de exposição de quatro. Nas áreas urbanas predominantemente negras do Brasil, a exposição dos brancos aos negros é muito maior do que nas áreas urbanas dos Estados Unidos. Em três casos (Salvador, Fortaleza e Belém), uma pessoa branca média tende a ter principalmente vizinhos negros.

Para ilustrar a diferença entre os Estados Unidos e o Brasil, a figura 6.2 assinala a relação entre a exposição residencial dos brancos e negros pelo percentual branco para as 40 maiores áreas metropolitanas do Brasil e as oito maiores dos Estados Unidos – de forma semelhante à figura 5.1 do Capítulo 5 para índices de casamentos inter-raciais. Essa figura demonstra que a exposição residencial de negros no Brasil é claramente maior do que nas cidades dos Estados Unidos de semelhante composição racial, espelhando os resultados sobre os casamentos inter-raciais. A figura 6.1 demonstra que a distribuição

Figura 6.2: Grau de Exposição de Brancos a Negros em Relação ao Percentual da População Negra nas 40 Maiores Regiões Metropolitanas Brasileiras e Oito Maiores Regiões Metropolitanas dos Estados Unidos



Nota: A linha pontilhada representa uma exposição de brancos a não-brancos/negros aleatória.

espacial por raça é muito mais próxima da aleatória no Brasil do que nas muito segregadas áreas metropolitanas dos Estados Unidos.

Voltando à tabela 6.1, a coluna 3 mostra o índice de isolamento para negros, que demonstra em que medida uma pessoa negra média em áreas urbanas tem vizinhos brancos. As quatro áreas metropolitanas brasileiras onde a população é de maioria negra (Recife, Salvador, Fortaleza e Belém) apresentam índices de exposição que se enquadram nos padrões dos Estados Unidos. Em outras palavras, o contato de negros com brancos nessas cidades é quase tão limitado quanto nos Estados Unidos. Salvador, com um resultado de 82, apresenta o maior índice de isolamento espacial de negros do Brasil e a probabilidade de que pretos e pardos vivam próximos a outros negros é semelhante ao isolamento negro em Chicago (83), a região metropolitana mais segregada dos Estados Unidos. No entanto, ao passo que o restrito contato inter-racial nos Estados Unidos é determinado principalmente pela discriminação imobiliária, no Brasil as situações comparáveis, quando existem, decorrem basicamente da preponderância numérica de negros nessas áreas urbanas¹².

Explicações para a Segregação Racial

A pequena mas rica literatura sobre segregação residencial no Brasil sugere que razões econômicas, o racismo no mercado imobiliário e a etnicidade podem em conjunto ser responsáveis pela segregação racial. Pierson (1942) investigou a questão da segregação residencial em seu seminal estudo sobre Salvador. Com base em suas impressões de várias partes da cidade, ele observou que a cor da pele dos residentes variava segundo a qualidade dos bairros: as áreas mais pobres e mais populosas da cidade eram habitadas por negros, mulatos de pele escura e um pequeno número de mulatos de pele mais clara, ao passo que os brancos e alguns mulatos de pele mais clara habitavam os setores de classe média da cidade. Logo, ele descreveu uma paisagem de segregação residencial considerável por cor, embora sua conclusão se limitasse a estabelecer que cor e classe eram coincidentes.

Nos anos 50 e início dos 60, uma pesquisa promovida pela Unesco relatou uma segregação residencial substancial no Rio de Janeiro¹³ e em Florianópolis¹⁴, mas esses estudos também concluíram que, em ambos os casos, a segregação se condicionava à classe social. Interessante notar que a pesquisa promovida pela Unesco revelou racismo e preconceito racial bastante difundidos no Brasil, o que contrastava com a literatura anterior, mas tal pesquisa não estendeu suas conclusões à segregação espacial.

Por outro lado, não há provas de que a discriminação no mercado imobili-

liário seja responsável por alguma segregação. Pesquisas sobre atitudes raciais conduzidas com apoio de pesquisadores da Unesco verificaram que um percentual consistente, de 30 a 40%, dos brancos dizia não estar disposto a aceitar negros ou mulatos como vizinhos¹⁵. Esses resultados confirmaram a existência de racismo que poderia levar à segregação residencial, embora não fornecesse prova direta de discriminação residencial. No entanto, os resultados de uma pesquisa nacional de 1995, conduzida por Turra e Venturi (1995:156), encontraram pouca resistência por parte de brancos à idéia de ter negros como vizinhos, sugerindo que talvez os comportamentos tivessem se modificado. Noventa e três por cento (93%) dos brancos e 94% dos pardos relataram que não se importariam se várias famílias de negros se mudassem para seus bairros. No entanto, é preciso ser um pouco cuidadoso quanto ao uso de dados de opinião para medir os níveis de racismo no Brasil contemporâneo, uma vez que as respostas particulares a respeito de racismo podem ser condicionadas por uma crença não crítica na tolerância racial.

São vários os exemplos de incidentes que sugerem a existência de discriminação residencial, tais como o bem conhecido "elevador de *apartheid*" do Brasil. Negros da classe média freqüentemente reclamam que os porteiros dos edifícios pedem que eles utilizem os elevadores de serviço quando visitam amigos da classe média.

Não se tem conhecimento de estudos sobre como o racismo e a discriminação racial possam ter afetado o mercado imobiliário brasileiro, além da pesquisa de 1995. Talvez a instabilidade do mercado imobiliário e o rápido crescimento da população carente nas regiões metropolitanas não tenham permitido a consolidação de mercados imobiliários separados por raça. No entanto, mesmo em áreas residenciais estáveis da classe média brasileira, não parece haver uma forte associação entre valor das propriedades e composição racial dos bairros que seja produzida por métodos de segregação (*blockbusting*, *redlining*), semelhantes aos encontrados nos Estados Unidos.

Como muitas das moradias nas cidades brasileiras são improvisadas e se situam a meio caminho entre a legalidade e a ilegalidade, é mais difícil encontrar discriminação residencial sistemática por raça. A extrema segregação atual dos Estados Unidos é determinada principalmente por um legado histórico de segregação no sul do país, que teve seu paralelo nos mercados imobiliários do norte. Ambos os tipos de segregação estão ausentes no Brasil. Mais importante, os agentes institucionais que produziram grande parte da segregação nos Estados Unidos tais como os agentes imobiliários, gerentes, bancos e seguradoras, não participam da maior parte do mercado imobiliário do Brasil urbano, dada a improvisação deste e, freqüentemente, seu caráter informal. Outra ex-

plicação possível para a segregação entre pessoas de renda semelhante, além da discriminação e da cultura, pode ser a disparidade das raças no que diz respeito à riqueza acumulada, o que será abordado no próximo capítulo e que pode ser independente da renda.

Pode existir também algum tipo de auto-segregação por parte dos negros, porque talvez eles desejem minimizar seus contatos com brancos para evitar uma discriminação racial em potencial. Embora seja uma reação determinada por um racismo societário generalizado, os negros podem achar mais fácil encontrar moradia em bairros que já tenham um grande número de negros. Além disso, a auto-segregação de brancos, pardos e pretos pode decorrer também de vínculos culturais e da proximidade a instituições e pessoas de mesma mentalidade.

Rolnick (1989) mostrou que a população de origem africana em São Paulo e no Rio de Janeiro tende a se concentrar em certos bairros pobres próximos a instituições culturais e religiosas etnicamente afins, tais como escolas de samba e terreiros de candomblé. Esses bairros freqüentemente surgiram ao redor de centros de antigos bairros de escravos. Bairros racialmente distintos podem também emergir da coincidência de identidades regionais com a composição dessas regiões. Especificamente, fluxos de rede migratória parecem canalizar os migrantes de determinados estados, com composições raciais bem distintas, para bairros separados. No caso de São Paulo, por exemplo, os migrantes do estado do Paraná, predominantemente brancos, estão concentrados em uma parte da cidade, enquanto os migrantes da Bahia, onde a população é principalmente formada por negros, estão concentrados em outra parte.

Para investigar se a segregação moderada do Brasil é um produto de classe social, computam-se os índices de dissimilaridade entre brancos e negros para seis grupos de renda em cinco áreas metropolitanas onde brancos, pardos e pretos estão representados por todos os níveis de renda. Examina-se até que ponto os grupos raciais estão segregados entre residências com a mesma renda familiar, para testar se a renda explicaria a extensão da segregação racial. A categoria racial é determinada pela cor do chefe de família. Isto é um pouco problemático, uma vez que algumas famílias são multirraciais, o que pode ajudar a explicar os baixos níveis de segregação no Brasil.

A tabela 6.2 é também diferente da tabela 6.1 na medida em que examina a dissimilaridade entre brancos e pardos e entre brancos e pretos. Entre as quarenta maiores áreas urbanas, cinco são examinadas porque apenas estas oferecem a exigência mínima necessária de três famílias de pretos ou pardos por setor censitário em níveis de renda alto ou médio. Este limite mais baixo permite uma análise estatisticamente robusta da segregação na faixa de renda

Tabela 6.2: Índices de Dissimilaridade entre Brancos, Pardos e Pretos por Grupo de Renda Familiar: Cinco Regiões Metropolitanas no Brasil, 1980

Região Metropolitana e Grupo de Renda Familiar (em Reais)	Dissimilaridade Entre:	
	Brancos Vs. Pretos	Brancos Vs. Brancos
Salvador		
75-149	52	50
150-224	55	52
225-374	55	51
375-749	62	50
750-1499	-	51
1500 e mais	-	51
Feira de Santana		
75-149	51	47
150-224	57	46
225-374	59	48
375-749	62	47
750-1499	-	52
Rio de Janeiro		
75-149	42	38
150-224	46	39
225-374	45	39
375-749	54	42
750-1499	-	55
Belo Horizonte		
75-149	44	41
150-224	45	42
225-374	46	42
375-749	57	45
750-1499	-	55
Barra Mansa-Volta Redonda		
75-149	36	39
150-224	36	36
225-374	38	36
375-749	42	36
750-1499	-	55

Fonte: Telles, Edward. "Residential Segregation by Skin Color in Brasil." *American Sociological Review*. 1992, V. 57 (abril: 186-197).

mais alta, evitando-se as disparidades que podem ocorrer quando se usam pequenas populações. Apenas Salvador possui negros que ganham acima de US\$ 1.500 por mês em número suficiente, enquanto as outras quatro áreas urbanas atendem aos critérios mínimos para negros na categoria rendimentos de US\$ 750 e US\$ 1.499 por mês. Além das considerações metodológicas, este problema também demonstra que o isolamento residencial de brancos é virtualmente garantido pela ausência de uma classe média significativa composta de negros.

A tabela 6.2 demonstra que a segregação residencial entre brancos, pardos e pretos não pode ser atribuída apenas ao *status* sócio-econômico: segregação residencial por cor ocorre entre pessoas de renda semelhante em cinco áreas metropolitanas. Então, a classe em si mesma não explica a segregação racial no Brasil. A auto-segregação, o racismo, ou ambos contribuem para a segregação racial, além da classe.

A tabela 6.2 também revela que em quase todos os casos a segregação aumenta com a renda¹⁶, indicando uma maior importância da raça na moradia da classe média do que na das classes mais baixas. Por exemplo, os brancos visivelmente parecem aumentar sua distância dos pretos no grupo de maior renda, faixa em que presumivelmente os pretos teriam superado o problema da segregação de classe. Em Belo Horizonte, a segregação entre brancos e pretos no grupo de maior renda (375-749) é de 11 pontos acima do próximo grupo de maior renda (225-374), enquanto o Rio de Janeiro registrou uma diferença de nove pontos e Salvador um crescimento de sete pontos entre grupos comparáveis.

Ao invés de sugerir diferentes níveis de tolerância racial de acordo com a renda, a maior segregação nos níveis mais elevados de renda pode refletir um maior controle da classe média branca na seleção da sua residência segundo o critério cor, através de um mercado imobiliário formal, ao contrário daqueles que obtêm suas moradias através de precários mercados informais. Os baixos níveis de segregação racial entre os pobres (exceto no grupo de mais baixa renda) pode refletir a situação precária de habitação dos setores mais pobres da população brasileira.

Segundo Rolnick (1999), três vezes mais brasileiros na zona urbana residem em casas construídas por eles próprios e desprovidas de regulamentação, em comparação com os que vivem em moradias regulares construídas por empreendedores particulares. Dada a natureza de tais residências, as decisões a respeito de onde morar, para os pobres, são tomadas com base em critérios como a existência de uma rede social (por exemplo, amigos, parentes) apta a ajudar em tarefas tais como cuidar das crianças ou ajudar na construção da casa.

O contexto de pobreza extrema em que a sobrevivência é a questão mais importante e as pressões sociais e preferências de moradia em bairros segregados por raça não são preponderantes, a possibilidade de segregação extrema pode tornar-se improvável. Se a segregação racial ocorre em contextos em que ainda não existem referências de segregação residencial extremada, ela provavelmente ocorrerá em níveis de renda onde as opções de moradia são maiores e o mercado imobiliário é relativamente estável. Como as residências e as próprias famílias são geralmente mais integradas racialmente entre os setores mais pobres da população, a segregação residencial extrema, como nos Estados Unidos, é especialmente impraticável nesse nível de renda.

Além disso, os resultados da tabela 6.2 demonstram que a segregação entre brancos e pretos é quase sempre maior do que a segregação entre brancos e pardos. Isto sugere um *continuum* de cores no tratamento entre pardos e pretos, especialmente nos níveis mais altos de renda. Quando a renda é controlada, a segregação entre pretos e brancos é quase invariavelmente maior do que a segregação entre brancos e pardos; no entanto, as diferenças não são tão grandes no que diz respeito a casamentos inter-raciais. Isto é, embora os brancos sejam em geral propensos a conviver com pretos e pardos nos mesmos bairros, são menos propensos a manter relações próximas ou íntimas com eles.

As condições residenciais dos pardos e pretos variam com o aumento da renda. A segregação entre brancos e pardos na categoria de renda mais baixa é sempre menor do que a segregação entre brancos e pretos, mas essas diferenças são pequenas quando comparadas com categorias de renda mais alta. Os brancos em Salvador, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte são um pouco mais segregados dos pardos do que dos pretos, a uma diferença de dois a quatro pontos percentuais; mas no nível de renda de US\$ 375 a US\$ 749, a segregação entre brancos e pardos e brancos e pretos é exatamente de 12 pontos percentuais.

Em Salvador, a única área metropolitana com um grupo de negros significativo no topo do nível de renda é um caso atípico, no qual a segregação entre brancos e pardos é praticamente estável para os diferentes níveis de renda. Além disso, a diferença na segregação entre brancos e pretos em Salvador, para o grupo mais pobre, é maior do que em qualquer outra das quatro áreas urbanas examinadas, mas particularmente maior no nível mais elevado de renda, em que existe um significativo contingente negro. De um modo particular, a segregação entre brancos e pretos aumenta exatamente 10% entre as categorias de renda mais baixa (52) e a mais alta (62).

Conseqüências da Segregação Racial

A segregação racial tem conseqüências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, mercados que tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos e de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso a escolas, hospitais e à proteção policial e do corpo de bombeiros. Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e inter-classes são reduzidas.

O caso dos Estados Unidos indica melhor resultado de mobilidade social para crianças pobres, independente da raça, que cresceram em bairros onde havia relativamente pouca concentração de pobreza e onde havia um maior acesso à classe média. Uma vez que nos Estados Unidos os negros são mais propensos do que os brancos a crescerem em lugares com concentração de pobreza, tais diferenças entre os bairros são responsáveis por muitas das discrepâncias raciais nos resultados sócio-econômicos dos adultos.

A tabela 6.3 demonstra que os não-brancos e especialmente os pretos são mais distantes espacialmente da classe média no Brasil e, sendo assim, como nos Estados Unidos, os negros são mais propensos do que os brancos de mesma renda a viver em áreas de pobreza concentrada. Especificamente, a tabela 6.3 examina o grau de dissimilaridade existente no Rio de Janeiro entre bran-

Tabela 6.3: Dissimilaridade Residencial de Grupos de Renda por Raça da População com Renda Superior a \$ 1.500 por mês, Rio de Janeiro, Região Metropolitana, 1980

	Brancos	Pardos	Pretos
0-74	83	91	99
75-149	67	72	88
150-224	50	53	62
225-374	40	43	51
375-749	36	39	48
750-1499	34	36	(46)

Fonte: Baseado no Censo Brasileiro de 1980.

() indica uma pequena amostra sujeita a erros consideráveis.

cos, pardos e pretos de vários níveis de renda comparados com a categoria populacional de maior renda (mais de US\$ 1.500 por mês), que é quase toda branca.

Como era de se esperar, os resultados da tabela demonstram que a distância física da classe média diminui à medida que a renda aumenta para todos os grupos de cores. Para os brancos, por exemplo, o grupo com menor rendimento possui um resultado de diferenciação de 83 com o grupo mais rico, enquanto o grupo com a segunda maior renda tem um resultado de 34. No entanto, o grau de segregação entre a classe média é maior para os pardos e ainda maior para os pretos. No caso dos pretos mais pobres, eles estão quase totalmente segregados (99) da classe média. Esses dados revelam um fator que geralmente tem sido negligenciado pelos estudiosos da raça no Brasil: quanto maior a distância física entre os negros e as pessoas da classe média, em comparação com brancos de mesmo *status* sócio-econômico, menor o acesso a recursos tais como profissionais modelares, melhores redes de trabalho, uma infra-estrutura urbana melhor, o que, por sua vez, geraria capital social e melhor qualidade de vida. Os não-brancos e especialmente os pretos são mais propensos a ter piores chances de vida simplesmente por ficarem mais distantes da classe média e viverem em maiores concentrações de pobreza.

Por outro lado, uma segregação mais acentuada, independentemente da causa, pode ser positiva, pois frequentemente significa a existência de bairros étnicos dinâmicos, nos quais as afinidades étnicas criam maior valorização do espaço residencial comum, promovendo a vida cultural, e ajudam a fortalecer os grupos étnicos para maior participação, através da união de interesses comuns e do controle dos espaços políticos. Exemplos disso são os distritos negros da Liberdade em Salvador, Brasilândia em São Paulo e Madureira no Rio de Janeiro.

Uma segregação moderada possui amplas implicações em outros fatores das relações raciais no Brasil, especialmente em comparação com outros países com grandes populações de ascendência africana e europeia. É evidente que os baixos níveis de segregação no Brasil deram lugar a relativamente altos níveis de interação, inclusive de amizade inter-racial e casamentos inter-raciais, pelo menos entre os pobres. Por outro lado, a falta de instituições paralelas emergentes da segregação extrema criou, ironicamente, barreiras para a mobilização social e política dos afro-brasileiros.

Nos Estados Unidos, as igrejas, bancos e universidades para negros surgiram em decorrência da segregação e ofereceram às comunidades negras norte-americanas o capital necessário à formação de líderes, à criação de uma classe média significativa e à mobilização de recursos para fins políticos. Além dis-

so, a segregação residencial restringiu as redes de negros a outros negros, o que permitiu o fortalecimento da identidade de grupo e a consciência racial. As igrejas negras, em particular, ofereceram um espaço exclusivo para que os negros discutissem problemas de suas comunidades e desenvolvessem estratégias para combater o racismo e a discriminação.

Salvador, Bahia, uma Exceção

O isolamento dos habitantes afro-descendentes de Salvador pode ter contribuído para o desenvolvimento da forte cultura e identidade afro-brasileira que emergiu naquela cidade. O trabalho dos etnólogos da Universidade Federal da Bahia demonstra que, faz tempo, há clara noção de identidade étnica afro-brasileira entre grande parte da população de origem africana de Salvador, o que é menos comum em outras áreas metropolitanas do Brasil¹⁷. Por exemplo, os “blocos afro” (todos formados por dançarinos negros que desfiliam no carnaval) são exclusividade de Salvador. Lá, a maior segregação residencial é, provavelmente, ao mesmo tempo causa e consequência de uma maior identificação étnica entre os negros de Salvador.

A grande indústria turística resultante dessa cultura afro-brasileira em Salvador é bem conhecida de muitos estrangeiros. De fato, em certa ocasião, o prefeito da cidade proclamou que Salvador era uma cidade africana (e não se referia a Joanesburgo!). Parece que ele quis atribuir ao termo “africano” um sentido cultural, em que os negros têm garantida quase que uma liberdade total no domínio cultural, com a celebração da cultura da África, em troca da renúncia a reivindicações de natureza econômica e política, que permanece sob o monopólio de uma pequena elite branca.

A identidade africana de Salvador é encontrada nos terreiros, nas estátuas aos Orixás e nos restaurantes de moqueca que se tornaram parte da paisagem urbana, ocultando a pobreza extrema da periferia afro-soteropolitana. A cultura e a identidade africanas são negociadas e reguladas por uma elite clientelista e poderosa que reconhece, convive, defende e até promove símbolos da africanidade, assegurando em contrapartida a sua própria legitimidade e a manutenção do controle do patronato e de favores.

A criação de uma identidade étnica distinta na Bahia é frequentemente atribuída ao resultado da manutenção de elementos culturais da África. Mas a pergunta permanece: por que esses elementos foram mantidos até hoje, exatamente cento e quinze anos depois do fim da escravidão? Acredita-se que o isolamento racial da população afro-brasileira de Salvador foi o fator determinante da manutenção e construção dessa identidade. Elementos culturais dis-

tintos, sejam “africanos” ou afro-brasileiros, são reforçados em um ambiente de guetos que isola os afro-brasileiros de Salvador do mundo dos brancos.

Além disso, tal isolamento produz outras condições que alimentam a identificação, tais como a geração de instituições afro-brasileiras e a existência de uma classe média mulata, única no Brasil, que presta serviços aos residentes do gueto e tira vantagem do mercado étnico que oferece oportunidades para empreendimentos, sobretudo na indústria cultural. Uma comunidade afro-brasileira separada na Bahia favorece a formação e a manutenção de uma cultura afro-brasileira e a construção de uma identidade que é reforçada através de cotidiana interação.

Conclusões

Até uma certa medida, a miscigenação do Brasil se manifesta no nível espacial urbano. A segregação brasileira é moderada quando comparada à segregação extrema entre brancos e negros ainda encontrada nas maiores cidades dos Estados Unidos, onde é às vezes considerada o estopim da desigualdade racial. Os brancos freqüentemente convivem lado a lado com pretos e mulatos nos bairros pobres do Brasil. Tais arranjos são um fenômeno raro nos Estados Unidos. A maior mistura espacial dos brasileiros se deve à ausência de iniciativas oficiais sistemáticas no sentido da implementação de segregação nos moldes dos Estados Unidos.

Os mercados imobiliários predominantemente informais nas cidades brasileiras constituem um empecilho suplementar à segregação racial, especialmente entre os pobres, e a mistura racial no interior das famílias assegura ainda mais os relativamente baixos índices de segregação se comparados com os dos Estados Unidos. Mas uma concentração por região e por classe das pessoas de cor leva a uma variada experiência de interação racial nas áreas urbanas do Brasil.

Embora a interação de fato entre brancos e negros nas áreas urbanas do Brasil seja freqüentemente limitada a esses bairros, o fato de haver proximidade física significa que os grupos raciais possuem maior probabilidade de ter uma cultura comum e desenvolver amizades inter-raciais. Isso, provavelmente mantido por muitos e muitos anos e por muitas gerações, permite que a proximidade residencial seja tanto causa como consequência da socialização inter-racial. A residência reforça a socialização inter-racial dentro de uma mesma classe no Brasil a um grau maior do que nos Estados Unidos. Este é um aspecto positivo das relações raciais no Brasil. A exemplo do casamento misto, os padrões de segregação residencial no Brasil refletem maior fluidez inter-

racial e barreiras raciais menos salientes do que as observadas nos Estados Unidos, pelo menos no que diz respeito à sociabilidade.

Tal interação, no entanto, é geralmente limitada aos bairros pobres do Brasil, em quase todas as regiões, e ocorre principalmente em situações em que os brancos pobres são minoria e os pretos e pardos são maioria. Os brancos da classe média brasileira possuem poucos vizinhos negros, salvo talvez na condição de serviçais, principalmente porque estes têm sido mantidos fora desta classe. Isto é, existe segregação entre os brancos e a população negra, e o fato de que essa segregação pode ser explicada, em parte, por classe, possui implicações importantes. Além disso, a desvantagem dos negros parece ser em parte explicada pelo seu maior isolamento físico da classe média.

Embora a segregação moderada do Brasil tenha permitido um certo grau de interação entre pessoas de cores diferentes e maior fluidez do que nos Estados Unidos, também ofuscou as perspectivas de resistência das vítimas de racismo por causa de seu efeito na consciência racial e na formação de uma classe média de negros. Logo, a natureza do movimento negro organizado tem bases estruturais bem distintas nos dois países, principalmente devido aos seus respectivos sistemas de segregação racial.

Notas

¹ Sparks 1990.

² Revista *Veja* 1992.

³ Pettigrew 1979; Bobo 1989; Massey e Denton 1994.

⁴ Para um exemplo recente, ver Gans 1999.

⁵ Schnore 1965; Leeds 1974; London e Flanagan 1976.

⁶ Caldeira 2000.

⁷ Ribeiro e Telles (2000) demonstram que 70% dos residentes nas favelas do Rio em 1991 eram pardos ou pretos. Pinto (1998) indicou proporção semelhante para o Rio com base nos dados do Censo de 1950.

⁸ Em um artigo separado (Telles, 1992), foram calculados os índices de segregação para as 40 maiores áreas urbanas do Brasil.

⁹ Calculado para uma média de 4,2 pessoas por domicílio em 1980 e uma variação de 200 a 250 domicílios por setor censitário urbano.

¹⁰ Ver Telles 1995 para discussão de como esses índices talvez tenham mudado.

¹¹ As fórmulas para o cálculo de ambos os índices podem ser encontradas em Massey e Denton 1994.

¹² Incidentalmente, baseado em análise preliminar dos dados sobre emprego e desemprego de 1993 daquela cidade, encontram-se vários bairros em Salvador, tais como na área da Liberdade, onde mais de 95% são pretos ou pardos.

¹³ Pinto 1953.

¹⁴ Cardoso e Ianni 1960.

¹⁵ Cardoso e Ianni 1960; Bastide e Van den Berghe 1957; Fernandes 1955.

¹⁶ Resultados de segregação para o grupo com menor rendimento (menos de 75) são incompatíveis com os padrões observados para todos os outros grupos. Isso pode se dever a erros dos dados, quando um número desproporcional de entrevistados deu respostas falsas, afirmando ter nenhuma ou quase nenhuma renda. Ver Telles 1992.

¹⁷ Agier 1992; Sansone 1997.